

*Família é afetos: 'a opção sexual é coisa dele'¹.
Discursos de filhos com pais não heteros²*

Danielle M. de S. Sátiro
UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
Angel Espina B. Barrio
UNIVERSIDAD DE SALAMANCA

ABSTRACT

This qualitative study makes a contribution to the interdisciplinary field of study about childhood and family and adopts a socio-anthropological approach. Analyzing the content of 8 interviews/conversations, we have elicited the meaning of family from four children whose parents name themselves as not heterosexual, all of them living in the metropolitan region of Recife-PE- Brazil. We have identified the construction and constitution of a familiar context and we have analyzed some elements that characterize the relationship between children and parents. Family is primarily defined by children as a social construction, based on affection, without considering the sexual identity of those who develop the parenthood.

Keywords: affection; families from Recife; no heterosexuality; parenthood.

Este estudo qualitativo busca contribuir para o campo interdisciplinar dos estudos sobre infância e família, e adota uma perspectiva de análise sócio-antropológica. Analisando o conteúdo de oito entrevistas/conversas, nós obtivemos informações sobre os significados de família para crianças cujos pais se autoneameavam como não-heterossexuais, todos eles vivendo na região metropolitana de Recife (PE) - Brasil. Identificamos a construção e constituição do contexto familiar analisando alguns elementos que caracterizam a relação entre as crianças e os pais. A família é definida pelas crianças principalmente como uma construção social com base no afeto, sem considerar a identidade sexual daqueles que exercem a paternidade

Palabras claves: afetos; famílias recifenses; não heterossexualidades; parentalidades.

¹ Conteúdo de discurso de um dos protagonistas da pesquisa.

² O texto aqui apresentado é fruto de algumas das reflexões desenvolvidas na investigação realizada para compor tese de doutorado, defendida em janeiro de 2016, na Universidad de Salamanca-ES. É elaborado pela autora, que optou por escrevê-lo na primeira pessoa do plural da língua portuguesa, considerando critérios acadêmicos brasileiros.

Este artigo localiza-se no campo interdisciplinar de estudos sobre as infâncias e estudos sobre as famílias, com abordagem sócio-antropológica e método qualitativo. Objetivamos compreender o sentido de família, identificando como se constrói o contexto familiar de filhos – atores sociais – inseridos em cenários familiares, onde o pai se denomina não hetero e analisamos as características das relações entre filho/filhas e pais nos referidos contextos familiares³. Demos voz às crianças e vez às suas interpretações sobre seus mundos.

A pergunta condutora da investigação foi, que sentidos filhas/filhos de pais que se definem como não hetero, dão ao conceito de família? Emergiu a partir do campo constituído pelas reflexões provenientes: a) dos debates na sociedade e na Câmara dos Deputados brasileira, fruto do Projeto de Lei 1.151/95⁴; b) de decisões judiciais no Brasil que permitiram o desenvolvimento do exercício da parentalidade por casais compostos por pessoas do mesmo sexo, via o instituto da tutela e o instituto da adoção nacional⁵; c) das telenovelas brasileiras que tematizaram configurações familiares e o exercício de parentalidades não hegemônicas⁶. Tais fatos contaram com ampla divulgação midiática. Permitiram que as temáticas da conjugalidade e da parentalidade não hegemônicas fossem objetos de estudos acadêmicos, de maneira a colaborar para a retirada do anonimato, minimização da clandestinidade e da invisibilidade da

³ Os pais que colaboraram, permitindo a participação de seus filhos na pesquisa, são aqui denominados como não heteros porque em seus discursos afirmaram não comungar, nas vivências da sexualidade, das regras sociais que são denominadas como heteronormativas.

⁴ Projeto de Lei, proposto pela então, à época, deputada federal Marta Suplicy (PT). Proposta de disciplinar a união entre pessoas do mesmo sexo. O texto inicial sofreu alterações pela relatoria, com apresentação de substitutivo, criando a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. Maiores detalhes no site da referida Câmara: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>

⁵ Em 2002 a Justiça brasileira concede a tutela de filho de companheira morta, que desenvolvida as funções maternas, junto com a mãe biológica, em relação estável de 14 anos. Cf.: Souza, E. R. de. Sentidos e práticas da maternidade lésbica: um caso ímpar na mídia brasileira. In: *Journal of applied anthropology*, 2007, pp. 56-64. No ano de 2006, um casal de homens da cidade de São Paulo adotou legalmente uma menina (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u128520.shtml> Acesso em 23 de nov. 2006). A decisão judicial que deferiu em primeira instância a adoção de duas meninas por um casal de mulheres da cidade de Bagé, no Estado de Rio Grande de Sul, dada no ano de 2006, mas questionada pelo Ministério Público, foi reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça, no ano de 2010 (Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/stj-mantem-adoacao-por-casal-de-lesbicas.html>, acesso em: 27 de abr. de 2010). Em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconheceu e ampliou a interpretação do conceito de união estável para os casais compostos por pessoas do mesmo sexo, sempre quando for provada a existência de relação pública e duradoura. Cf.: Página online do Supremo Tribunal Federal. (Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>, acesso em: 06 mai. 2011). Em outubro de 2011, o Superior Tribunal de Justiça autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Cf.: Consultório jurídico online. (Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2011-out-25/stj-reconhece-casamento-civil-entre-pessoas-mesmo-sexo>, acesso em: 26 out. 2011). Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça, deliberou resolução que forneceu efetividade à referida decisão tomada em maio de 2011 pelo STF, obrigando os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil e transformar a união estável entre pessoas de mesmo sexo em casamento. Cf. Conselho Nacional de Justiça online. Página inicial, notícias: "Resolução que disciplina a atuação dos cartórios no casamento gay entra em vigor nesta quinta-feira." (Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/59160-resolucao-que-disciplina-a-atuacao-dos-cartorios-no-casamento-gay-entra-em-vigor-amanha> em 15 mai. 2013).

⁶ Cf: Borges (2007; 2008), Colling (2009b), Mesquita (2014), Mesquita & Pavia (2015).

homossexualidade/lesbianidade, que em certa medida, redefiniu positivamente os discursos sobre as pessoas que se dizem pertencentes ao grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros).

Estudos contemporâneos socioantropológicos sobre famílias

A década dos 90 do século XX, despontou com o *boom* de estudos de casais de mesmo sexo. As conjugalidades destas pessoas, no sentido de compreender circunstâncias relacionadas à estabilidade do casal, como se constitui e se mantém a vida a dois, e como se estrutura a afetividade e expressão desta relação em espaços públicos, tornaram-se focos investigativos. Ainda, o interesse se estabeleceu em estudos que demonstram a presença de uma maior mobilidade na constituição e dissolução dos vínculos familiares (Butler, 2003; Cadoret, 2001b, 2002; Fine, 2001; Grossi, 2003; Heilborn, 2004; Nadaud, 2002; Uziel, 2002; Zambrano, 2006).

A manifestação de configurações familiares que se constituem fora do modelo heteronormativo e o exercício de parentalidades em cada uma delas, coloca algumas disciplinas em estado de alerta. Velhas certezas começam a ser desconstruídas. Dentre elas, na antropologia, na psicologia/psicanálise/psiquiatria (campo psi) e no direito são questionadas e são convocadas a afrontar demandas que apontam à limitação de algumas das compreensões até então utilizadas para se pensar família (Zambrano, 2008).

Na antropologia, o repensar se estabelece com relação à constituição do parentesco. No campo psi (psicologias, psicanálises e psiquiatrias), o pensar reflexivo se coloca sobre a crença de que a construção da subjetividade e do simbólico está vinculada a partir somente das diferenças dos sexos. No direito, passa-se a suspeitar-se da crença de que a filiação e os direitos de conjugalidades e parentalidades são construções baseadas, inicialmente, no biológico. Atualmente vemos nas produções do campo do direito, abrir-e o olhar para reconhecer-se que o sujeito não é apenas sujeito de razão, mas de emoção, de afetos e que estas competências estão atreladas aos eventos que demandam intervenção jurídica. Esta, diz também da outra capacidade do humano, mesmo que ainda se tente expurgá-la (Cunha Pereira, 2012).

Heteronormatividade é um conceito considerado contemporâneo, criado em 1991 por Michael Warner. Localiza-se dentro dos estudos sobre homens e masculinidades a partir da perspectiva de gênero. Conforme Medrado e Lyra (2012), este campo surge na década de 60, após críticas diante das discordâncias sociais sobre as diferenças sexuais e a rigidez das identidades sexuais que terminam por naturalizar práticas do masculino. Consiste em uma ideologia que constrói olhar naturalizado sobre as relações de gênero e o conceito de heterossexualidade. Proporciona hierarquias a partir das diferenças dos sexos entre homens e entre homens e mulheres. Elabora padrões e valores comportamentais que são postos como normas e influencia construções e práticas sociais, de maneira a colocar à margem todos os comportamentos que não se situem dentro da lógica apontada, limitando experiências (Oswald; Blume & Marks, 2005; Kentlyn, 2007).

Quando grupos sociais se referenciam na heteronormatividade não há possibilidades de pluralidade de gêneros. O sexo (parâmetros biológicos) é que irremediavelmente irá definir o gênero de cada pessoa e diante disso, todas as condutas serão prescritas. Fora da norma, haverá discriminação e preconceito.

Instaura-se o mito da complementaridade, representada pelo casal homem-mulher. Nasce daí, no nível da vida privada, a representação de uma configuração familiar como àquela que teria a capacidade de expressar o ideal proposto pelo referido conceito, a família nuclear.

Estudos contemporâneos sobre família, na antropologia, demarcam que o parentesco não figura mais e nem se relaciona, necessariamente, com o casamento e suas consequências, principalmente quando nas sociedades humanas ainda permanece a exigência de reproduzir-se. Tal contexto trás em seu bojo, como diz Hérítier (2000), a necessidade de cada sociedade definir, segundo suas regras peculiares, o que é a filiação. É esta definição que permite a experiência de pertencimento a um grupo e dá uma identidade dentro de uma continuidade entre os aspectos biológico e social.

Verificamos que há relações de parentesco que não se adaptam ao modelo da família nuclear. O parentesco pode fundar-se, ou não, em relações biológicas, atuar a partir de regras não formais e ter caráter político (Cadoret, 2002; Nadaud, 2002; Butler, 2003; Heilborn, 2004; Zambrano, 2006a, 2006b, 2008; Fonseca, 2008 etc).

No parentesco os vínculos de filiação e descendência podem ser distintos (Cadoret, 1997; Zambrano, 2008)⁷. Segundo Sarti (1992), em nossa sociedade brasileira, muitos ainda seguem a convenção de denominar de pai e de mãe àqueles que são os progenitores, sendo a descendência de origem bilateral. O que não significa dizer que são inexistentes a compreensão das funções paternas e maternas a partir de outras vinculações. Apontamos aqui, o que ainda é predominante, porém, não exclusivo.

Assim, família é o ambiente onde se manifesta e se vivencia o parentesco, sendo este o resultado da combinação de três tipos de relações, avaliadas como básicas: relação de descendência (pai/mãe X filhos), relação de consangüinidade (irmãos) e relação de afinidade (alianças/casamentos) (Levi-Strauss, 1976; Sarti, 1992, 1995; Cadoret, 2003; Bruschini, 2005). O parentesco diz das possibilidades para lidarmos com o que é fundante no humano: o nascimento, o cuidado com crianças, as relações de dependência e de apoio emocional, os vínculos de gerações, a doença e a morte (Butler, 2003).

A compreensão sob o viés antropológico, indica que não há uma única configuração de organização familiar, tampouco uma linearidade na noção de vínculos afetivos relacionados a laços de parentesco. Porém, a vivência em família, proporciona a crença de que este *locus* social é o próprio reflexo das leis da natureza, pois é ali que se expressa duas das atividades humanas de cunho biológico: a prática do sexo e a reprodução humana. Estas duas características tendem a naturalizar o conceito de família, mas também a tornam espaço privilegiado para se estudar a relação entre a natureza e a cultura. No senso comum, tais peculiaridades dificultam o deslocamento e a compreensão de família para além do clássico modelo associado à conjugalidade entre duas pessoas de sexo diferentes.

⁷ Convém aqui lembrar a distinção que Meyer Fortes (1959) estabelece entre descendência e filiação, sendo a filiação a relação específica entre pais e filhos e a descendência a relação com ancestrais pre-parentais. Este autor também reafirma a importância da filiação, identificando uma "filiação complementar" como fundamento das relações parentais com o lado complementar da linha de descendência. Esta constatação reforça a importância do conteúdo do conceito de filiação que encontramos nos dados da referida pesquisa.

Quando estabelecemos a família como espaço primordial para vivenciar e significar descendência, consangüinidade e afinidade, exercitamos a capacidade humana de simbolização, dando àquela instituição um caráter relativo, não associado diretamente ao casamento e à satisfação sexual (Sarti, 1992, 1995; Bourdieu, 1993; Bruschini, 2005; Uziel, 2002).

Dentro dessa lógica de explicitar e dar significado é que a conjugalidade e o exercício do parentesco em casais compostos por pessoas do mesmo sexo adquirem visibilidade e relevância crescente, a partir da última década do século XX, nos debates teóricos, nas áreas das ciências sociais, humanas e da saúde. Porém, exercitar o parentesco, para além dos aspectos biologizantes e naturalizados que são disponibilizados pelos modelos culturais tradicionais da família heterossexual, é entendido no imaginário social, como um perigo às crianças quando estas ocupam o lugar de filho/a (s) (Cadoret, 2003).

O parentesco e a filiação vivenciados em uma família formada por pais gays/mães lésbicas, em suas possibilidades, conforme Cadoret (2002), podem se constituir a partir da: 1) recomposição familiar após uma união heterossexual; 2) co-parentalidade, onde uma criança é obtida sem a existência de um compromisso conjugal do pai e da mãe, 3) pela adoção; 4) técnicas de procriação assistida. A maioria dos estudos indicam que as famílias estudadas se compuseram após a vivência de uma relação heterossexual com filhos, constituindo-se no formato recomposta (Gonzalez, 2004).

Cadoret (1999) recorda-nos que desde início do século XVII é a harmonização dos aspectos biológico, social, afetivo, simbólico, jurídico, por meio do casamento, que se tem origem à filiação enquanto direito assegurado pelo Estado. No entanto, o princípio do afeto, que ampliou a compreensão de parentesco, veio à contradição para redefinir, contemporaneamente, também, o que é filiação. Como nos diz Sarti (1992), uma das possibilidades de variação de parentesco é que vínculos de filiação e descendência podem ser distintos. Para Théry (1998), a indissolubilidade que existia no vínculo conjugal se transporta para o vínculo de filiação. Verdier (1996), vai pontuar que a filiação é realidade biológica, social e psicológica, porque não é o resultado do casamento, mas uma construção social.

Considerando os objetivos investigativos, onde nos interessa os discursos de filhos sobre suas experiências em famílias não hegemônicas, as configurações de famílias denominadas de famílias recompostas, que se constituem a partir de uma definição não heterossexual, com a vivência ou não de relação com pessoas de mesmo sexo, com filhos provenientes de uma relação heterossexual anterior e as famílias compostas por pessoas de mesmo sexo, com filhos provenientes de processos adotivos judiciais é que nos oferecem os colaboradores e os protagonistas⁸ do estudo.

Estas famílias foram escolhidas, porque ultimamente tornaram-se objeto de maior visibilidade e de investigações científicas, e como vimos, a sua emergência assentiu ampliação dos diálogos, da existência de pesquisas e da presença do tema nos meios midiáticos (Grossi, 2007). Também porque observamos que as discussões sobre tais famílias ainda se recrudesce e mantém conteúdos discriminatórios e estigmatizantes. Principalmente porque acreditamos ser importante e colaborativo o que tais filhos tem a nos dizer,

⁸ Termo utilizado por Soares (2005), em sua tese de doutorado e que consideramos adequado para designar a criança e as adolescentes entrevistadas.

considerando que muitas das discussões teóricas já desenvolvidas sobre o tema podem ser revisitadas, manter-se no movimento saudável de questionar suas bases e conseqüentemente, repercutir para a ampliação de práticas mais inclusivas e humanamente úteis.

Quando se dialoga sobre as famílias constituídas pela população gays/lésbicas e o exercício das parentalidades, notadamente, os argumentos construídos são de cunho negativos e de maneira a impedir ou não reconhecê-las. Por exemplo, afirmam que: a) um casal ou um pai/mãe homossexual poderá 'transmitir' a homossexualidade ao(s) filho(a)(s); b) estes pai/mãe são obcecados por sexo e que /filho(a(s) pode(m) vir a ser violado (a)(s) e/ou, c) que filho(s)/filha(s) de homossexuais podem ter problemas de desenvolvimento psicológico e/ou de relacionamento social. No entanto, pesquisas já indicam que não há dados que diferenciem comportamentos sexuais de crianças/adolescentes (masculino/feminino) em famílias de pais gays, mães lésbicas ou heterossexuais (Diniz & Borges, 2007).

Definiremos parentalidade como a prática, o desenvolvimento da função parental. Isso implica dizer dos cuidados com alimentação, vestuário, educação, saúde, relações sociais, vivências públicas e privadas em torno do parentesco que envolvem e implicam relações afetivas. Parentalidade não é sinônimo de parentesco. Pode ser exercida sem vínculo legal ou de consanguinidade com a criança. Nesse sentido, a parentalidade desenvolvida por casais de mesmo sexo traz reflexões e questionamentos quanto aos conceitos de parentesco, conjugalidade e filiação (Zambrano, 2006).

Aproveitamos a oportunidade para também elucidar que realizamos a escolha teórica de não nos referir às famílias compostas por pessoas de mesmo sexo como famílias homoparentais. Comungamos das reflexões de Uziel (2002) e Uziel et al (2006) quanto à não usar o termo homoparentalidade. Sem deixar de reconhecer que este vocábulo pode dar visibilidade a uma das configurações familiares, compartilhamos da ideia que ele pode vir a confundir, quando o que se quer remarcar é a competência de pessoas para a parentalidade e não a sexualidade destas pessoas, que se move por um igual. Portanto, destacamos o reconhecimento de que sexualidade e parentalidade são duas diferentes condições da vida humana. Para discutir diversidade familiar, a união de ambas em um único termo, não apresenta-se útil.

Anderssen, Amlie e Ytteroy (2002), realizaram revisão de literatura a partir de vinte e três estudos empíricos que foram publicados entre os anos de 1978 e 2000, sobre as crianças educadas por mães lésbicas e/ou pais gays. Destes, vinte eram estudos desenvolvidos em famílias de mães lésbicas e apenas três tinham pais gays. Tais estudos eram de procedências diversas. Um belga/holandês, um dinamarquês, três britânicos, e 18 estudos eram provenientes da América do Norte.

Todas as crianças dos vinte e três estudos foram submetidas a testes psicológicos, questionários ou entrevistas. Os resultados circunscreveram-se dentro de sete categorias: funcionamento emocional, preferência sexual, estigma, comportamento de gênero, adaptação de comportamento, identidade de gênero e funcionamento cognitivo, dando a concluir que crianças criadas por mães lésbicas ou pais gays não se diferenciam de outras crianças, em qualquer um dos possibilidades categorizadas. As crianças criadas por mulheres lésbicas não experimentam os resultados adversos em comparação com outras crianças. O mesmo vale para as crianças criadas por homens gays. Houve no estudo a

sugestão de se realizar mais estudos sobre a temática, bem como, especificamente com filhos de pais gays, tendo em vista que poucos foram os casos onde a parentalidade era exercida por homens, comparativamente falando, quando se observa a amostra.

Gonzalez (2005), ao revisar resultados obtidos em estudos de diversos países – em todo os Estados Unidos e Reino Unido e à época, também na Bélgica, França, Holanda, Canadá – sobre as famílias que são denominadas nos referidos, como homoparentais⁹ e os filhos que ali se encontram, afirmou ter encontrado grandes semelhanças entre eles e que, de maneira geral, pais gays e mães lésbicas são tão saudáveis e organizados psicologicamente como os heterossexuais, capazes de favorecer o desenvolvimento infantil, mediante contextos educativos, permeados de boas porções de afetos e comunicação, sem abrir mão de normas e das exigências relacionadas às responsabilidades, em um cotidiano estável.

Segundo a autora, a existência de relações igualitárias quanto às divisões das tarefas domésticas e cuidados com os filhos, por parte as mães lésbicas e pais gays é uma dado muito presente. Quanto ao aspecto social, não há isolamentos. Estas famílias se integram em redes amplas dentro da comunidade de maneira diversificada. As crianças inseridas como filho/a (s) nestas famílias se desenvolvem harmônica e satisfatoriamente no nível de autoestima, dos ajustes emocionais e comportamentais, identidade sexual e de gênero, com competências sociais e acadêmicas, com construção de critérios morais, desde a infância, até a vida adulta.

Gonzalez (2005) afirma que não foi encontrado, em nenhum dos aspectos estudados, diferenças com filho/a (s) de famílias de gays e lésbicas, na relação comparativa com filho/a (s) em famílias heterossexuais. O que se sobressai é a existência de maior flexibilidade e reflexão, nas famílias não heterossexuais, sobre os papéis de gênero, havendo menor preconceito com relação à homossexualidade. Também verificou-se que há uma maior liberdade para se definir sua orientação sexual, de forma semelhante ao processo desenvolvido nas famílias compostas por pais de sexo diferentes.

A respeito de possíveis desajustes, diz a autora que não foi encontrado variável que indique relação com o tipo de orientação sexual dos pais/mães. Os desajustes estão muito mais relacionados com a dinâmica familiar no que se refere aos níveis e tipos de administração de conflitos.

Ainda sobre a presumível influência da orientação sexual do(s) pai(s)/mãe(s), no desenvolvimento da vivência de gênero da criança, Hines (2010) concluiu que ela é muito mais a expressão da conexão entre os dispositivos biológicos, psicológicos e sociais do que uma influência parental direta. Golombok & Tasker (2010), afirmam que os pais desempenham menor, quase insignificante, influência na construção da identidade de gênero dos filhos.

Como podemos ver, a revisão de literatura informa que quase exclusivamente os estudos sobre desenvolvimento psicológico das crianças que coabitam em famílias não heterossexuais são realizados em famílias de mães lésbicas e pouquíssimos em famílias com pais gays. Repetidamente é demonstrado que crianças que convivem com mães lésbicas não diferem de crianças que vivem em famílias tradicionais com respeito ao ajuste psicológico ou comportamento sexual (Patterson, 2006, 2009).

⁹ Este conceito é aqui utilizado para mantermos fidedignidade com o discurso da autora referida.

No que diz respeito às circunstâncias das crianças/filhos que vivem com pais gays, o que se destaca é a raridade destes pais, heterossexuais ou gays, serem os cuidadores dos filhos, dando-lhes afetos, chamados nas pesquisas de afetos básicos. Estudos sobre a temática da paternidade destacam que pais heterossexuais possuem influências similares às influências das mães para com seus filhos (Lamb, 2012), mas que ainda persevera a crença de que as mães são o que há de mais fundamental para a família, principalmente no que concerne aos cuidados de bebês (Biblarz & Stacey, 2010).

Corroborando a afirmação acima, temos o estudo realizado por Gonzalez y López (2009), com o objetivo de conhecer as relações familiares e a vida cotidiana de filhos que vivem com mães lésbica ou pais gays em Espanha. Das 28 famílias que participaram da pesquisa, apenas sete eram referenciadas por pais gays, o restante era de mãe lésbica. A parentalidade em 18 das famílias iniciou-se em união heterossexual anterior, 10 das famílias se constituíram quando seus componentes já se denominavam homossexuais. Cinco das famílias se utilizaram de reprodução assistida e as cinco restantes buscaram a adoção. Os requisitos para a participação foram que os pais/mães não tivessem como segredo a existência de relações afetivas e suas orientações sexuais, bem como, que convivessem cotidianamente com seus/suas filhos/filhas, estando estas entre a faixa etária de três a 16 anos de idade.

Golombok et al (2014), aludem que na comunidade americana é crescente o número de famílias gays exercitando a parentalidade pela adoção (Brodzinsky & Pertman, 2011). Ao investigarem sobre as relações pai-filho e ajuste psicológico em famílias adotivas de pais gays, no Reino Unido, sublinham que quando se constatou alguma diferença, estas repercutem positivamente para tais famílias, estando em sintonia com os resultados de outras pesquisas, principalmente com respeito aos pais gays e mães lésbicas de crianças em idade pré-escolar, havendo similitude de resultados em pesquisas com os pais heterossexuais quanto ao aspecto da saúde mental (Goldberg e Smith, 2011; Goldberg, Smith & Kashy, 2010). Ainda com relação aos achados de Golombok et al (2014), os pais gays obtiveram bom desempenho no aspecto da demonstração de carinho e de interação com os filhos e menores níveis de controles pela agressividade do que as famílias heterossexuais.

Os autores acima referidos destacam que: 1) o processo de adoção de crianças por casais homossexuais é basicamente recente no Reino Unido podendo, portanto, haver mais exigências para tais casais; 2) os casais de homens não passam pela ansiedade e esgotamento da descoberta da infertilidade; 3) sendo assim, a adoção nestes casos, não é uma parentalidade de segunda categoria; 4) a possibilidade de não se colocar nas referidas famílias, crianças com níveis excessivos de problemas psíquicos apesar de as crianças adotadas terem vivenciado adversidades ainda quando bebês e a inserção em família substituta ter acontecido quando elas estavam mais velhas; 5) os pais gays proporcionam ambiente familiar bastante positivo para os filhos.

Por fim, os resultados do supracitado estudo apoiam conclusões de estudos anteriores. Apesar de poucos, as pesquisas existentes evidenciam que os pais gays são pais capazes e parecem lidar satisfatoriamente com as dificuldades do histórico de vida dos filhos adotivos (Farr et al, 2010a). Sugerem as pesquisas que a ausência de uma mulher para compor o casal não trás problemas para a construção de uma rotina familiar e desenvolvimento de filho/a(s).

No Brasil, os estudos teóricos sobre parentalidades não heterossexuais iniciaram-se no século XXI, basicamente em sua primeira década, seguindo a mesma linha de questionamentos dos estudos fora do país, sobre a temática. Constituíram-se com vistas a desconstruir certezas e na perspectiva de compreender como estas parentalidades se desenvolviam.

O maior número de investigações aconteceu nas famílias que tinham mãe (s) lésbica (s), que se constituíam a partir da experiência de recomposição familiar. Depois, tivemos paralelamente, a construção de pesquisas que vieram a falar da parentalidade de homens gays e estudos com foco na adoção de crianças e adolescentes realizadas por gays (Tarnovski, 2002).

Tais investigações visaram compreender como é vivenciada a parentalidade, que significados lhe são conferidos, que atitudes a caracterizam, como é a relação entre parentesco e identidade sexual, como é a relação da parentalidade com o contexto social, competência parental e qualidade/dinâmica das relações familiares. Por fim, compreender como se dá o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens nessas famílias, mas sempre a partir dos adultos (Tarnovski, 2002; Grossi, 2003; Medeiros, 2004, 2006; Grossi et al., 2007; Diniz & Borges, 2007; Zambrano, 2008).

Poucos estudos, ainda, são produzidos sobre parentalidades gay, travesti e transexual no Brasil (Grossi, 2003; Medeiros, 2004, 2006; Grossi et al., 2007; Diniz & Borges, 2007; Moris, 2008; Zambrano, 2008). De maneira semelhante, arvoramos dizer que, até o presente momento, desconhecemos a existência de investigações que tenham como protagonistas, crianças que convivem com pais não heterossexuais e que falem de suas experiências familiares, no Brasil.

Em nosso ponto de vista, completamente invisível encontram-se as crianças que ocupam o lugar de filhos em famílias com tais configurações familiares. Conforme apontam os estudos sobre infâncias, nos deparamos ainda, com a desvalorização e desrespeito das vozes e interpretações das crianças, principalmente no que tange ao exercício da parentalidade de pais que se autodenominam de não heteros.

A sucinta revisão de literatura acima apresentada demonstra o que vários estudos nas ciências sociais e humanas confirmam: a família ininterruptamente passa por transformações e que suas modificações estão ligadas à pluralidade dos contextos socioculturais, históricos, psicológicos, políticos, econômicos e religiosos. Nas primeiras décadas do século XXI as mudanças prosseguem, dando continuidade às interferências no modelo idealizado de família, que se caracteriza pela formação nuclear, com a existência de um pai, mãe e de 'preferência', dois/duas filhos (as). Apesar de ser posto ainda como hegemônico, tal parâmetro seguidamente é questionado, junto à outras certezas. (Donzelot, 1986; Sarti, 1992, 1995; Machado, 2001; Kaloustian, 2002; Cadoret, 2002; Nadaud, 2002; Rodinesco, 2003; Heilborn, 2004; Chaves, 2006; Zambrano, 2006a, 2006b etc).

Industrialização, trabalho assalariado, urbanização, apartaram o mundo do trabalho do mundo familiar, mas não há como falar de mudanças na família sem relacioná-las e fazer referências ao movimento feminista e ao movimento LGBT. Ambos criticam o modelo familiar conjugal hegemônico, que insiste em preservar o controle sobre as sexualidades para manter vivas relações de poderes, dando a estas uma visão naturalista, com perspectiva a-histórica.

Mello (2005), nos diz que mesmo com diversas correntes teóricas, mantém-se o entendimento de que a família é o "lugar" e o agente fundamental

de intercessão entre indivíduo e sociedade. Enquanto agente socializador, a família integra o leque de instituições que se compromete com a reprodução da ordem social, havendo variância nos aspectos de estrutura, na prática da autoridade, funções, extensão de parentesco e autonomia em relação ao meio social. Quanto à característica de ser local privilegiado da afetividade, esta segue intacta desde século XIX (Ariès, 1981; Donzelot, 1986; Singly, 2007).

Hoje em dia, uma das perspectivas de compreensão sobre a família tem sua construção justificada na busca pela felicidade, realização pessoal, no referencial individualista e capitalista. Assim, pode se apresentar de diversas maneiras. Os elementos em comum, dessas várias formas de família é a existência do amor, com projetos compartilhados, da aliança, da filiação e da coabitação. Essas são uma das grandes novidades da família ao fim do século XIX e início do século XX: o aprimoramento do sentimento, o investimento sexual e afetivo e a realização pessoal (Machado, 2001).

O movimento feminista apresenta-se como um dos principais agentes na politização da vida privada, ao expor a qualidade das relações de poderes no convívio entre homens e mulheres e reivindicar efetivas e estruturais modificações, no sentido de um lugar às mulheres que não seja mais pelo assujeitamento ao pai e/ou marido, ao chefe etc. Mas ao contrário, de agentes históricos e sujeitos políticos.

O movimento homossexual, também na linha de mudanças políticas estruturais, estabelece suas lutas pelo viés da visibilidade e do reconhecimento de suas singularidades fora da orientação heteronormativa (Pinto, 2003; Facchini, 2005).

Ambos movimentos demarcam que são compostos por sujeitos políticos e de desejos. As atuais modificações das condições femininas e masculinas na condição conjugal e na relação pais-filho(a/s) e por consequência, na experiência do que é família, são algumas das contribuições dos citados movimentos, a esta instituição.

Para nós, família é uma instituição fundada pela cultura, que acolhe a existência de singularidade porque cada família constrói e reconstrói sua história, inseridos na cultura (Sarti, 2004). Por conseguinte, percebemos a necessidade de se fazer recortes para ampliar as compreensões dos conteúdos dos discursos e chegar aos sentidos sobre família.

Estudos sobre crianças e infâncias

Durante os séculos XIV, XV e parte do XVI, as crianças eram comparadas a pequenos adultos. Homúnculos. Não possuíam estatuto social que promovesse tratamento diferenciado. Atuavam para manterem a si e também aos pais e família, eram mão de obra. Divertiam aos demais, serviam sexualmente. Eram submetidos aos mesmos tratamentos direcionados a um adulto, inclusive os castigos. Estavam submetidos ao poder ilimitado dos pais (Ariès, 1981; Soares, 1998, 2001; Tomás, 2002; Sarmiento, 2007). Os estudos sobre a infância e a criança enquanto categorias sociais são considerados recentes. Somente durante o século XIX que o olhar é interceptado pelo viés científico (Soares, 2001).

Sem desconsiderar as críticas que foram direcionadas (Pollock, 1983; Snyders, 1984; DeMause, 1991; Pinto, 1997), não há como negar que o estudo de Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, lançado em 1961, permitiu a ruptura de paradigma e a construção de uma outra perspectiva para

com a infância. O autor construiu contexto para que ela fosse compreendida a partir de sua localização em um tempo e em um espaço e na relação com o contexto que a circunda. Instaurou novo marco e fomentou a construção de discursos e práticas que são disseminados até hoje, sobre a infância e a criança no mundo contemporâneo (Soares, 2005; Sarmiento, 2007; Roemberg & Mariano, 2010). A obra permitiu visualizar distinção entre criança e adulto. Gerou muitas constatações e estabeleceu uma linha de pensamento que mudou definitivamente os trajetos de estudos sobre a infância.

Tomás (2002), dentre outros autores (Soares, 2001; Sarmiento, 2007; Corsaro, 2011), nos recorda que a diferença de hoje, anteriormente o olhar sobre as crianças era parcial e limitado. As crianças só adquiriram direitos e identidade própria, com a valorização de suas necessidades, paulatinamente, com as transformações teóricas-metodológicas das disciplinas que se arvoram a colocá-las – infância e criança – como campo, categorias e sujeitos de estudos (James et al, 1998; Montandon, 2001; Mauss, 2010).

Conforme Sirota (2001), a palavra infância tem origem etimológica, *in-fans*, significando aquele que não fala, aquele que não tem a palavra. É definida como a fase de crescimento do sujeito, em seus aspectos físicos, cognitivos, emocionais, afetivos, morais e sociais. É também o período que representa a educação e a instrução. Porém, a referida autora recorda que os estudos recentes permitiram novas interpretações e a categoria foi desnaturalizada.

Diante deste novo cenário, a antropologia da criança e a sociologia da infância iniciam redefinições dos mencionados conceitos – criança e infância – com viés críticos sob o conceito de socialização e das definições funcionalistas. As crianças deixam de ficar limitadas aos olhares da medicina, da psicologia e da pedagogia. A discussão sobre a infância e a criança, superam os campos clássicos e habituais de pesquisas e seus limites, sopesando o fenômeno social da infância como um fenômeno plural, decorrente das realidades onde as crianças vivem e atuam, atribuindo-lhes sentidos, portanto, necessitando de olhares interdisciplinares para sua melhor compreensão (Pinto, Sarmiento, 1997; Sarmiento, 2005, Almeida, 2009; Corsaro, 2011).

Segundo Friedmann (2011), na antropologia, as primeiras referências às crianças surgem no final do século XIX, com os evolucionistas Tylor (1871) e Spencer (1882), que procuraram colocar padrões para os estágios de desenvolvimento da espécie humana, contribuição que ultrapassou os tempos e influência fortemente disciplinas como a pedagogia, psicologia, assistência social, medicina e direito. Mas isso não quer dizer que as crianças tenham lugar central nas abordagens clássicas. Ao contrário, não muito longe, a categoria encontrava-se à margem quanto à sua relevância (Cohn, 2000, 2005; Friedmann, 2011; Buss-Simão, 2009).

Margaret Mead, em fins dos anos 20, a partir dos pressupostos da Escola de Cultura e Personalidade, inspirada por Franz Boas e por Ruth Benedict, transforma os percursos teóricos e metodológicos para deter atenção aos estudos da infância e da criança. Abandona as teorias fincadas no paradigma da determinação biológica e no evolucionismo. Procurou apreender como a cultura influenciava na constituição das crianças e como entender o que significava o ser criança ou o ser adolescente em realidades socioculturais diferentes da sua, a norte americana.

A literatura brasileira aponta as pesquisas de Florestan Fernandes, relacionadas ao folclore infantil, em especial "*As Trocinhas do Bom Retiro*",

publicado em 1961, como as primeiras pesquisas sociológicas com crianças (Faria e Finco, 2011). A ideia básica das produções é que o folclore desempenha função socializadora através da reprodução de uma tradição cultural específica (Garcia, 2001).

Porém, é no campo da história da infância e da assistência social que se destacam os estudos sobre crianças no Brasil, sendo estes acrescidos de olhares influenciados pelas áreas da medicina, justiça, educação e psicologia, com fins de construir políticas sociais de estilo paternalista-assistencial, que findavam em ações repressivas, policiaesca e restritas aos negros, mulatos e pobres (Alvim e Valladares, 1988; Rizzini 1993, 1999; Friedmann, 2011).

Infelizmente, por muito tempo no Brasil, a ausência do Estado foi uma constante no que diz respeito à instalação e a manutenção de direitos básicos, atuando com desrespeito diante das miseráveis condições de vida de crianças e suas famílias, colocadas em situações de extrema pobreza e vulnerabilidades, fazendo com que estes fossem os temas norteadores de grande parte dos estudos (Quinteiro, 2002). A estrutura social desigual era, mas em certa medida ainda é, um grande campo de investigação, mesmo com os grandes avanços sociais no Brasil nos últimos doze anos, com a aplicação intensa de políticas públicas e sociais de erradicação da pobreza e execução de outros direitos humanos fundamentais (governos presidenciais do país sob a responsabilidade do Partido do Trabalhadores (PT), quando presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff).

As mudanças na legislação brasileira iniciada nos 90, colaboraram para transformar o olhar em direção às crianças e à infâncias. A aplicação de artigos da Constituição de 1988, dentre eles o artigo 227, permitiu estruturar lei específica para crianças e adolescentes – Estatuto da Criança e do Adolescente – que ajuda a difundir, através do paradigma da proteção integral, a compreensão de que os sujeitos que compõem a população infanto-juvenil são sujeitos de direitos (Nascimento, 2011; Castro e Kosmisky, 2010).

Conforme Quinteiro (2009), a produção de estudos sobre a infância no campo da educação Brasil, que se utiliza do referencial da sociologia da infância, dissemina e cresce ao ponto de afirmar que houve a obtenção de um estatuto teórico-metodológico abrangente e a produção de um campo de conhecimento onde a criança é que diz de si. Contudo, a mesma autora relata que há longo caminho a se perfazer, para que no Brasil tenhamos solidificado a sociologia da infância (Quinteiro, 2000, 2002a, 2002b) ou a constituição de área de estudos interdisciplinares com foco primordial na criança como protagonista. Delgado e Müller (2005), corroboram e reiteram Quinteiro (2009), localizando a década de 90 como período de início da consolidação de novos olhares sobre as infâncias e as crianças no país.

Em Recife-PE, como exemplo da organização deste campo, temos a dissertação de mestrado de Menezes (2009). Com base nos estudos que busca findar com a invisibilidade e o silêncio das crianças em investigações, a autora buscou compreender, pelas crianças envolvidas em contextos de conflito familiar judicializado, como elas se posicionam e constroem sentidos de família em tais contextos.

Diante deste novo cenário, com vieses críticos sob o conceito de socialização e das definições funcionalistas, as características fundamentais do paradigma que subsidia atualmente a investigação dos estudos das crianças e das

infâncias podem ser definidos, a partir de Prout e James (1990), Pinto (1997), Sarmiento (2000), Silva et al (2001) e Muller, (2009), como:

a) a infância é uma categoria entendida com uma construção social. Este aspecto desmitifica a noção de que a infância está diretamente ligada à noção de imaturidade e déficit. Desmonta a ideia moderna de incompletude infantil. Na verdade, os seres humanos são incompletos em seus aspectos biológicos, sociais e afetivos porque estamos sempre em formação, mas em nada essa tese se associa a uma possível falta ou distância de um certo modelo ideal de sujeito;

b) a categoria da infância é interdependente, não se separa de outras categorias de análise social, como sexo, classe social etc. Estudos comparativos indicam que há variadas infâncias e que não é este, um fenômeno único e universal. Deve-se romper o pensamento linear para pensar crianças e infâncias;

c) as relações sociais e as culturas das crianças merecem e precisam ser estudadas em si mesmas, independente dos interesses e perspectivas dos adultos;

d) as crianças devem ser concebidas como seres ativos e interativos com seu mundo e a sociedade em que vive, dissociando-as da noção de sujeitos passivos das estruturas e processos sociais. São produtores de suas vidas sociais;

e) para se construir um novo paradigma da sociologia da infância há que refazê-lo dentro da própria sociedade, tornando sua compreensão relacionada à outras categorias das ciências sociais, fazendo-se uso do que Giddens (1993) chama de dupla hermenêutica: relações recíprocas, onde pesquisadores e pessoas que colaboram com os estudos reciclam suas perspectivas com relação às experiências de categorias estudadas, estabelecendo, por exemplo, críticas ao conceito funcionalista de socialização;

f) neste sentido, a etnografia seria a metodologia adequada e útil aos estudos das infâncias, pois é o que favorece a participação direta das crianças, bem como cria espaços para que elas possam ser escutadas.

Escolhas, limites e possibilidades: o percurso metodológico

Princípios éticos

Toda intervenção pede cuidados, respeito e diz de limites e de obrigações, portanto, precisam ser reconhecidos como processos metodológicos básicos. Envelhecida é a perspectiva de que as vidas desenvolvem-se, apenas, no campo da intelectualidade ou que esta competência prescinde das demais competências, como as afetivas (Morin, 2001). Falar sobre ética nos remete a aceção dos Direitos Humanos. Rico instrumento para induzir mudança social, na medida em que incentiva ou desencoraja comportamentos na relação com os demais, leva em consideração sua historicidade, pois nasceram e são constantemente revisitados em tempos e espaços. Portanto, precisam ser continuamente defendidos e protegidos das violações (Bobbio, 2004).

Como afirmam Graue e Walsh (2003), comportamento ético concatena com a atitude que se faz presente no campo de investigação e na interpretação

dos fatos, no cotidiano da vida. Reitera-se a necessidade de adotar postura humilde e reconhecer que sempre será um estranho, sem nenhuma pretensão de mudar este status, porque ele se impõe. Ao trabalhar com crianças isso não muda. Saber escutar de maneira respeitosa, responsável, sem desconsiderar o outro que terá deferência em recebê-lo, faz o diferencial. Importa evitar sempre situações de riscos, com a criança não é diferente. Uma ética do cuidado circunda as orientações dos referidos autores. Observamos e aplicamos, desde a elaboração do projeto de pesquisa doutoral, o princípio da beneficência e não maleficência, do respeito e da justiça. Na construção de relação mais dialógica possível, com base na escuta ativa.

Reconhecemos que o desprendimento de tempo, energias, disponibilidades afetivas e cognitivas poderiam ser considerados como custos, tanto por parte dos pais quanto por parte das crianças. Explicamos que a participação tratava-se de uma ação social voluntária e que poderíamos considerar como benefícios, os compartilhamento de ideias, medos, receios e trocas de experiências. Os riscos foram apontados pela pesquisadora, pelos pais e pelas crianças. Por se tratar de conteúdo de vida privada, todos dividiram, levando em conta os lugares que ocuparam, receios medos, ansiedades, mas também reflexões. Foi explicado que, para quaisquer tipos de danos, haveria encaminhamentos adequados, tendo como referência a Universidade Federal de Pernambuco e seus serviços. A situação de 'intrusa' da pesquisadora foi dialogada por ela, com os pais, pelos pais, com as crianças e pelas crianças.

As condições de privacidade, anonimato, confidencialidade e sigilo foram apresentadas aos pais e às crianças que acolheram a sugestão, inclusive do uso de codinomes para os envolvidos. A escolha destes partiu de temas de interesses das próprias crianças. Foram desde animais, flores, frutos, outros nomes próprios ou quaisquer outro tema que fosse de interesse da criança.

Em nossa investigação os princípios éticos estiveram didaticamente reunidos no Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE), que foi apresentado e dialogado com cada participante, individualmente. Cada um, ao final, recebeu uma cópia do Termo. Ali, tinham acesso a dados da pesquisadora para, em caso de dúvidas entrarem em contato. Na citada cópia havia também informações para, precisando ou em caso de interesse, entrar pais e/ou crianças em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco que avaliou e aprovou o projeto, dando permissão para o início da intervenção.

Constituição do campo investigativo

Divulgamos a pesquisa entre as pessoas conhecidas. Elaboramos em julho de 2010, pequeno texto com informações lacônicas, com foco nos objetivos e no pedido de indicação de possíveis colaboradores para que estes nos fossem indicados ou colocados em contato conosco, via direção eletrônica e/ou ligação telefônica. Solicitamos ampla divulgação. Abrimos conta no orkut, rede social filiada ao Google, com o nome 'culturas infantis'. Entramos em contato com outras contas – individuais e coletivas – que tivessem como temática famílias e parentalidades não heteronormativas.

Confeccionamos mil cartões de visita com o nome da pesquisa e dados para contatar conosco. Dirigimo-nos aos principais bares da cidade de Recife que tem como frequentadores o público LGBT e os chamados simpatizantes

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros). Durante as noites de seis meses do ano de 2010, pedíamos licença às pessoas, fazíamos a entrega dos cartões visita e falávamos da pesquisa, demandando indicações de colaboradores.

Divulgamos também em espaços universitários, mediante aulas e palestras ministradas; em grupos de movimentos sociais LGBT de Pernambuco; no Conselho Regional de Psicologia (CRP) e na Parada da Diversidade do ano de 2010, em Recife. A intenção foi fazer funcionar a indicação de pessoas pelo recurso de bola de neve (*snowball*).

Apesar de apoios e estímulos, pouquíssimos pais ocuparam o papel de facilitadores/colaboradores deste processo investigativo, por motivos diversos. Muitos mantinham a sua condição sexual em segredo para os filhos e isso, de acordo com os critérios da pesquisa, os excluía. Alguns tinham filhos que já haviam ultrapassado os 18 anos. Outros, acabavam de passar pelos 'transtornos'¹⁰ da separação da mãe de seus filhos e consideravam que os filhos iriam se expor, mais uma vez, desnecessariamente ao falar da família. Uns, verbalizaram não ver como interessante participar da pesquisa porque demandaria organização conjunta dos tempos entre pai e filho, o que no momento, não era oportuno. Um único pai disse ter interesse em participar, mas ao conversar com sua filha, esta disse não.

O que as justificativas de não colaboração com a pesquisa, dentro dos moldes propostos, pareciam elucidar? Sabíamos que a temática a ser investigada – filhos de pais não heteros – poderia imprimir dificuldades, mas não podemos negar que ainda assim, nos surpreendemos e desestimulamos com as intensidades das dificuldades emanadas. A conjuntura nos evidenciou similaridade com o contexto de pesquisas, sobre a vida dos homossexuais, como bem descreve Gamson (2006). Ele nos relata que no início do século XXI, pesquisadores sociais defrontaram-se com impedimento básico, que foi o de não encontrar pessoas que se disponibilizassem a cooperar com pesquisas.

Recorda-nos o autor que, à época, a estigmatização social e punições eram as retribuições para quem expusesse sexualidade não convencional. Passados mais ou menos quinze anos, há amores que ainda não podem dizer seu nome. Não temos dúvidas que as invisibilidades continuam, com outras matizes e que se estendem às crianças, não só pelo fato de sê-las mas também por serem filhas de pessoas que estão inseridas em categorias consideradas, ainda, 'estranhas', nos aspectos social e político. Tal cenário justificou não buscarmos amostra representativa.

Mesmo não sendo uma pesquisa que procure compreender diretamente sobre sexualidade, este tema é transversal. A sexualidade, em uma das suas possibilidades de expressão, delimita e indica se crianças inserir-se-iam ou não, no estudo. Desta forma, a investigação se afina à outras que cruzam com a política de movimentos sociais que pretendem criar espaços às vozes caladas. A proposta lida com dois grupos de pessoas que estão, ainda, nas ciências e na sociedade em geral, invisibilizados, portanto, com violação de direitos básicos.

Por fim, as negativas também nos fizeram recordar as palavras de Simmel (1950). Os motivos que talvez levaram alguns dos pais a não participar e não permitir a participação de seus filhos na pesquisa nos sinalizou a possibilidade

¹⁰ Definição dada por um dos pais em nossas conversas.

da existência de uma ética de reserva e de discrição para cuidar de si, das suas relações, inclusive com os filhos. Recordamos a conversa com um dos pais onde sua orientação sexual não é tratada como segredo para seus círculos, sejam privados e/ou públicos e, quando abordado para participar da pesquisa seu discurso circunscreveu-se, justamente dentro deste referencial, de evitação de quaisquer exposição e a participação dele e dos filhos na pesquisa.

Acreditamos também que a não participação na pesquisa circundou uma certa noção de criança e de infância dos pais, onde tanto criança como infância são vistas como categorias naturais e universais. A criança, vista como ser imaturo, em processo de vir a ser, subsidiada pela crença de incapacidade de dizer 'racionalmente' de si e de suas experiências. Como demonstram os estudos na área da infância, não há, por parte da maioria dos adultos, a compreensão de que as crianças produzem culturas a partir de suas realidades, as quais levam em consideração as condições sociais em que vivem e se relacionam (Sarmiento, 2000; Soares, 2001; Sarmiento e Cerisara, 2004).

Alguns dos pais colaboradores têm filhos que não participaram da pesquisa porque o critério de inclusão – saber da orientação sexual do pai – não foi contemplado. Os pais argumentaram que ainda não conversaram e que por isso as filhas não sabiam sobre sua identidade sexual. Entretanto, nas entrevistas conversas com as filhas protagonistas da investigação, ficou nítido que tais crianças são sabedoras da orientação sexual do pai – porque a temática é discutida na relação entre pares a – e que há um pseudo silêncio, que espera diálogo com o pai sobre o assunto. Assim, há indícios de que a noção de criança e infância dos pais reforçam a conduta cultural de não reconhecê-las como competentes e hábeis. São escassos os espaços para interações dialogadas sobre suas interpretações, por exemplo, das experiências familiares. Assim, seguem-se invisibilizadas pelos adultos, como crianças e como filhas.

Das entrevistas: escutas dos pais e dos filhos

Alguns autores dizem que não há, essencialmente, que se construir uma metodologia particular para se trabalhar com criança. Urgente é preocupar-nos em redefinir um conjunto de pressupostos que até então são considerados básicos e que na investigação com as crianças, impedem a consideração de suas vozes. Exige-se muito mais competências, reflexões e questionamentos sobre os valores/papéis que são do pesquisador, remarcando que a constituição de um campo de investigação interdisciplinar: antropologia, sociologia, psicologia, ciências da educação, história, direito etc, permite uma compreensão mais ampla da pessoa. Todos esses campos disciplinares e os que se fizerem necessários, com seus instrumentos devem ser utilizados, de maneira ética para, em contexto, apoiarem a compreensão das vozes e ações das crianças (Christensen & James, 2005; Soares, 2005; Woodhead & Faulkner, 2005). Quaisquer que sejam as metodologias escolhidas, estas devem ser apresentadas e discutidas com as crianças e só aplicadas após a concordância destas.

Para entendermos crianças, com seus significados e culturas, Geertz (1997) pontua que precisamos ser lúcidos no fato de não sermos como elas, mas que devemos por de lado, as nossas concepções e nos deixar conhecer pelas suas experiências, tratando crianças como crianças, o que não significa adotar postura adultocêntrica. Estabelecer relações e saber que elas, horas serão percebidas como

familiares, em outros momentos, como de distanciamentos e considerar isso um dos desafios da produção com crianças.

As entrevistas com os colaboradores, três pais, e com os protagonistas, quatro filho (as), aconteceram dentro do período que vai de agosto de 2010 a outubro de 2011. A média de duração de cada entrevista foi de uma hora e meia. Com cada um dos protagonistas, realizamos entrevistas que são denominadas por Saramago (2001) de entrevistas-conversa. Diferentemente da entrevista não estruturada, se compõe da formação de blocos temáticos que se comunicam entre si, com fins de viabilizar manutenção coerente com os objetivos da pesquisa.

A nomeada técnica se apresenta em três modalidades: a entrevista-conversa singular, com uma criança/jovem; a entrevista-conversa-relacional que permite o trabalho ser desenvolvido com duas até quatro crianças e a entrevista-conversa com grupos. Defende a autora citada que a entrevista-conversa singular seja empregada para conteúdos temáticos de nível mais pessoal. Sendo assim, esta foi a utilizada para as primeiras entrevistas, com o objetivo de facilitar a constituição de relação pesquisadora-protagonista e para os temas que acreditávamos, não deixariam às crianças à vontade para falar na frente de outros pares.

Os temas que compuseram o nosso roteiro de entrevista conversa com os protagonistas foram: amigos, brincadeiras/lazer, animais de estimação, escola, contextos familiares, projetos de vida, com abertura para os demais que foram trazidos por cada protagonista. Os temas que compuseram o nosso roteiro de entrevista conversa com os colaboradores foram: contextos familiares, parentalidade, revelação do segredo, relação paterno-filial. De maneira semelhante, outros temas surgiram a partir do encaminhamento dado por cada pai.

Utilizamos de roteiros em todas as entrevistas conversas, sem, no entanto, tê-los como referência fixa a seguir, sendo muito mais uma luz a nos guiar, com base na abordagem teórico-metodológica; até porque a singularidade da vida de cada protagonista fez alguns temas novos surgirem, enquanto outros que havíamos elencado nem apareceram nos discursos.

Antes de iniciarmos as entrevistas, pedimos permissão para o usar o gravador. Obtivemos a permissão de todos os envolvidos (colaboradores e protagonistas). Justificamos que o uso do aludido instrumento tinha o propósito de nos dá maiores condições e liberdade de interagir com os protagonistas, sem preocupações com anotações longas e garantir a originalidade e integridade dos dados para facultar, preservação e visibilidade dos discursos, necessários para a execução da análise.

As entrevistas conversas com os protagonistas aconteceram em sua versão singular. Não pudemos usar da técnica enquanto entrevistas conversas relacionais, conforme estava descrito no planejamento das atividades investigativas. Não por escolha metodológica, mas em decorrência do contexto e dinâmica de vida dos protagonistas e da maioria dos pais envolvidos, que sabemos incluem elementos objetivos, mas também subjetivos. Todos os protagonistas, além das atividades relacionadas com a escola, possuíam atividades extras classes e/ou situações familiares, que de alguma forma, terminaram por comprometer a participação na pesquisa, de maneira a manter certa regularidade.

No decorrer das entrevistas foi nítida a mobilização que a temática de contextos familiares provocou. Os diálogos foram muito transparentes e, justamente por isso, os conteúdos afetivos foram intensos, a proporcionar um diário de campo rico em descrições das expressões afetivas, de ambas as partes, afinal cultura também se constitui pelos afetos.

Apresentação, análise e discussão dos dados

Das famílias, dos colaboradores e dos protagonistas da investigação

Nosso recorte investigativo circunscreveu-se em escutar três meninas, uma de 16 anos e outras duas, que são irmãs gêmeas e contavam à época com 17 anos de idade e um menino que tinha oito anos de idade. Todos residentes em bairros que compõem a região metropolitana de Recife e estudantes de instituições localizadas na cidade do Recife-PE.

Consideramos que as famílias do grupo de protagonistas desta investigação compartilham de semelhanças quanto ao nível socioeconômico, influências culturais, formação acadêmica e ideais de vida. Pais e filhos são nascidos no estado de Pernambuco e na área metropolitana de Recife. Residem em domicílios próprios. Se inserem dentro do que, no Brasil se denomina classe média. Têm os estudos como um valor social e estratégia básica para obtenção de certa estabilização financeira.

Todos os pais possuem estudos no nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*. No nível profissional, atuam em áreas voltadas para a educação, a assistência social e a saúde. Dos três pais, dois possuem atuação profissional que demandam uma articulação direta entre estas áreas de conhecimentos. Estes mesmos dois pais são funcionários públicos, ambos do estado de Pernambuco (PE) e do município do Recife. A mãe das irmãs gêmeas é da área da educação e funcionária pública do estado de PE. A mãe da outra menina é da área da saúde

As diferenças entre as crianças circunscrevem-se quanto ao gênero e a forma da filiação. As protagonistas são filhas biológicas, respectivamente de um casamento e de uma relação estável anterior dos seus pais com as suas mães. O menino é filho adotivo e possui dois pais, desde o primeiro ano de seu nascimento. Todavia, apenas um pai é legalmente reconhecido. O outro é pai de fato, desenvolve a função, mas não há indicação de sua pessoa nos documentos pessoais da criança.

As informações obtidas foram organizadas de maneira a serem submetidas à análise temática de conteúdo. Conforme Bardin, (1997). Nosso *corpus* de pesquisa foi composto pelas Unidades de Contextos (UC's), encontradas no todo de cada discurso das oito entrevistas, que nos munuiu de Unidades de Análises (UA's), a proporcionar a construção de sete categorias que dizem dos sentidos de família. A construção das categorias objetivou compreensão didática dos conteúdos dos discursos dos protagonistas, precisam ser encaradas como articuladas entre si, em processo dialógico.

Encontramos similitudes entre os discursos das protagonistas. Elas encontravam-se por habilidades, responsabilidades e desenvolvimento de atividades, bem como por algumas experiências de vida, geração e gênero, mais próximas. Ainda, a filiação das três se constituiu pela convergência de serem, os que desenvolvem a parentalidade, os mesmos que as procriaram.

As protagonistas centraram-se em descrever os impactos decorrentes da separação conjugal entre o pai e a mãe. Nos discursos, visualizamos variadas situações de invisibilidades que as levam a apresentar fortes críticas à relação familiar, ora direcionadas ao pai ora direcionadas à mãe.

O menino compartilhou dos sentidos de família com as meninas. No entanto, alguns dos sentidos não vão coincidir com a mesma significação. Temos uma diferença de gênero, uma diferença geracional e de processos de aprendizagens. Há diferença também quanto ao processo que constituiu a filiação. A filiação e parentalidade foram garantidos, inicialmente, pela via processo de adoção judicial (Daubigny, 1996; Héritier, 2000). Ele sabe que tem a família biológica e a família afetiva e faz diferença entre elas, trazendo-as para dizer de seus sentidos sobre família.

Em todos os protagonistas, percebemos que a filiação assentou-se como construção social, inclusive quando o jurídico a regulou. Como bem nos diz Héritier referindo-se a sociedade Samo (op. cit., p. 106), *“É a palavra que faz a filiação, é a palavra que a retira”*. No caso dos filhos em questão, no contexto recifense, a palavra é também aquela que constrói e dá o sentimento de pertença a um grupo.

A pessoa da mãe não ocupa lugar de colaboradora e muito menos protagonista nesta investigação. Mas, por estar inserida na complexidade das vivências familiares das crianças protagonistas, surge nos conteúdos de todos os discursos. Este fato reitera o lugar de importância que é dado a figura materna.

No mundo simbólico dos protagonistas, a função social desta figura parental foi internalizada de maneira significativa, havendo um lugar para a mãe, mesmo quando não há a convivência com uma, seja ela a mãe biológica ou a mãe afetiva e/ou as duas coisas e mesmo quando a relação não é amistosa. Esta figura parental, com a sua designação social foi, por exemplo, nomeada inclusive na sua ausência e nas repercussões destas ausências. Desde o nascimento todas as crianças protagonistas tiveram, qualitativamente, algum tipo de experiência com uma mãe ou referência a esta. Quando ela não coabita o mesmo espaço físico, coabita o espaço psicológico através do tempo, das ações, da nomeação/linguagem e dos silêncios.

Sobre o vocábulo afeto, abrimos um parêntese para dizer que diferente de alguns usos que lhe são dados, nos referenciaremos na definição psicanalítica do termo. Segundo Laplanche e Pontalis (1992), afeto é a palavra que indica a expressão de uma intensidade psíquica e que se expressa em tudo aquilo que nos emociona, podendo ser de caráter positivo e/ou negativo.

Para as crianças, dialogar sobre família foi abrir um canal direto com seus afetos. Significou contatar e rememorar emoções que em suas vidas familiares proporcionaram e por vezes ainda estão a proporcionar satisfações e mal-estares. A ênfase dos discursos estiveram nas repercussões dos conflitos. A forma dos pais em vivenciar e direcioná-los, levaram-nas a se sentirem relegadas a um segundo plano pelos pais/mães porque, na maioria das vezes, não tiveram suas interpretações e opiniões sobre os contextos, consideradas. Os conflitos familiares foram vistos, também, como processos de aprendizagens.

Destacado, em aspectos qualitativos e quantitativos, foi o sentido da família é afetos. Este sentido indicou os tipos e as qualidades dos vínculos, os quais não se restringem ao biológico. A diversidade com relação às configurações e sentidos se fizeram presentes. Para as protagonistas, a família é, também, o

lugar dos conflitos, mas estes não a inviabilizam também como espaço de amor, de carinho, de conforto, de alegrias, das festas e das comemorações.

Porque uma família é quando você tem uma relação, não interessa quantas pessoas, mas uma relação de amor, de cumplicidade, de compreensão, de amparo.

Não só a questão sanguínea, porque pra mim como eu disse, né? [...] é o seu ponto de apoio e muitas vezes eu pude contar com certos amigos como é no caso, especificamente com [...] meu namorado [...].

Acreditamos que o sentido de família é conflitos, nesta investigação, surge pela experiência e problematização dada pelas três protagonistas, aos afetos. Estas se referiram à qualidade de alguns dos afetos, que desestabilizam e levam à uma frustração e a sofrimentos. Este sentido diz de todas as situações onde o amor não se fez presente, onde a qualidade das trocas amorosas entre o casal conjugal e nas relações parentais, estavam precárias ou já não se faziam presentes.

Os conflitos que foram priorizados nos discursos, aludem às circunstâncias da separação conjugal, seguido das dificuldades que os pais têm, para as protagonistas, em escutá-las e considerarem suas interpretações dos contextos familiares. São das referências feitas a estes contextos, que desprendem-se todos os demais sentidos de família.

Um fica xingando o outro, aí, a gente só vendo, a platéia [...]. Aí esse xingamento afeta a gente, eles não tem ideia de quanto, mas afeta, magoa [...].

[...] se os dois não eram mais felizes juntos, meu pai começou a ir, sei lá, sair, sei lá, com os amigos e voltar no outro dia, aí acabou que começou a deixar as coisas mais, tipo assim, conflituosas, brigas e etc.

O sentido de família é convivência emergiu, para pontuar que, em processos de separação do casal conjugal e de conflitos, a qualidade das relações entre pais e filhas, entre mães e filhas tornavam-se distantes, física e afetivamente.

No caso como dos meus pais, se acontecer algum desentendimento entre os pais, por mais que se queira levar os filhos em conta, acaba que, por aquela convivência entre os dois não tá mais dando certo, vai acabar que interfere entre os filhos, que é o que aconteceu com meus pais, né?.

As três protagonistas confluem quando afirmaram que uma das grandes dificuldades das famílias são os julgamentos, considerados precipitados, frutos da ausência de diálogo compreensivo, baseado na alteridade e na tentativa de saber das filhas, por elas mesmas. Segundo elas, quando os pais não as escutam em suas singularidades e diferenças, traem os sentidos de cuidado e proteção, apoio e união que qualificam, para elas, a família.

As protagonistas demonstraram ter ciência de que a rotina familiar não se perfaz sem problemas. Compreendem que é na família que se aprende, inicialmente, a lidar com as diferenças e a resolver os conflitos. Falam das realidades de desentendimentos como algo inerente ao espaço familiar e a convivência entre as pessoas. Fazem contrapontos entre a família ideal e a família

real que se configuram dentro do que Szymanski (1995), chama de família pensada (idealizada/teorizada) e a família vivida (experiência).

Quando não há interlocução e escuta com os pais, terminam frequentemente por recorrer a outras pessoas que compõem seus contextos relacionais e que são percebidas como família, pela função de apoio, acolhimento e, essencialmente pela qualidade dos vínculos.

Tenho primos, vários primos da minha família que são meus amigos, [...] E a gente fala coisas não só de família, fala sobre relacionamento [...]. trocamos experiências e isso é bem legal porque além de primo a gente se torna meio que irmão e amigo ao mesmo tempo.

Chamamos de rede de apoio primária a situação de recorrer aos pares, sendo estes constituídos pelo aspecto geracional, de classe, de convivência e afinidades, podendo haver vínculos biológicos ou não, entre eles. "[...] minha irmã acho que ela já, ela contava tudo a mim."

A avó foi nomeada como figura presente, querida, que emana algum tipo de apoio nos aspectos básicos: amor, cuidado e acolhimento, dando-nos elementos para constituirmos o conceito que denominamos de rede de apoio secundária. Ali inserem-se adultos que se aproximam em suas ações, às condutas de cuidado, mas que ocupam outro lugar e função social e psíquica em suas vidas. Por exemplo, tio/a(s), professor/a(s), pais/mães de amigos, vizinho/a(s), religioso/a(s) etc.

A plasticidade dada ao conceito de família não impede a existência da necessidade de se ter alguém que cumpra com o que socialmente é designado para um pai/mãe. Os que ocupam estes lugares, independente de serem estes biológicos ou não, heterossexuais ou não, precisam permitir a compreensão de que suas funções têm centralidade, força e dão concretude às suas vidas, enquanto filho (as). "Porque tipo assim, a família sempre tem aquele centro, né?" "Família 'prá' mim é o alicerce [...]". "[...] a opção sexual dele é uma coisa dele, então pra mim, também, não faz nenhuma diferença não."

A plasticidade evoca sentido de que família é uma construção social. Família é o resultado da diversidade e mutabilidade em suas apresentações e vivência dos afetos, porque acolhe os amigos, o novo companheiro do pai, o namorado da mãe, a namorada da irmã, o namorado da irmã. "... é assim, minha mãe, minhas irmãs, minha avó, o namorado da minha mãe e meu pai... o marido, namorado [...] do meu pai."

[...] uma família é quando você tem uma relação, não interessa quantas pessoas, mas uma relação de amor, de cumplicidade, de compreensão, de amparo [...] não precisa ter filhos.

Acho que você formar uma família, as pessoas levam muito por esse lado de ter filho. Mas sua família pode ser você e um cachorro. Entendeu? Você ter um cãozinho, um passarinho. Pode ser você e outra pessoa mesmo [...] Mas por exemplo, se acontecer alguma coisa, quem vai está do seu lado durante a noite? De madrugada se estiver doente, quem vai cuidar de você, se você morar com a pessoa? Eu acho que independente de formar uma família. Mas eu acho que o nome família fica mais forte, mais notável para os olhos dos outros, quando se têm filhos, ou é um casal de homem/mulher. Muitas pessoas acham que é vulgar você ter uma família e ser casada com uma pessoa

do mesmo sexo. Assim, as pessoas mais conservadoras, né? As mais homofóbicas e tal. Mas eu acho que sim, o casal forma uma família sim, independente do sexo e da presença de filhos.

Uma relação para ter estatuto de família não precisa ter filhos. Se há, este (s) filho/a(s) pode(m) ser biológico (s) ou não. Se há casal conjugal não precisa se constituir dentro do parâmetro heterossexual. Não havendo a formação de um casal, a família pode existir pela presença de afetos. Tais sentidos permitem a compreensão do conceito de parentesco com enfraquecimento da relação de consanguinidade e prioriza a relação de afetividade, sem desconhecer a importância e a necessidade de figuras de autoridade e de cuidado em suas vidas. Demonstra-se o que os estudos socioantropológicos sobre família relatam: o deslocamento histórico do conceito de reprodução, onde ela não se torna mais um elemento fundante da família. Os dados assim, confirmam o que diz Mello (2005) e Machado (2001), sobre ser a família, o lugar de mediação entre o indivíduo e a sociedade, ocupando lugar de agente socializador, independente da configuração familiar.

As protagonistas destacaram que a falta de tempo e/ou a dificuldade dos pais em administrarem seus tempos para momentos específicos e exclusivos com os filhos, os tornam ausentes e são por elas denominados de negligentes. Comentaram que para saírem da invisibilidade e obterem demonstração de amor, expressos em constituição de diálogos, ações de cuidado, proteção e colocação de limites. Usaram de alternativas que reconhecem como prejudiciais, mas que tinham o objetivo de dizer "... oh, eu existo, vocês não tão me vendo ...".

Se uma pessoa sai às 8h da manhã pra trabalhar e só chega as 11h da noite, não tem como ter o controle do filho. [...] você não vai conversar com seu filho, você não vai saber como é que ele tá, se ele tá bem [...].

O cuidado do meu pai para comigo é negligente. [...] ele é ausente e não faz questão de ser presente. [...] depois da separação eu não sei [...] ele quis sei lá, virar essa página, uma página da vida dele e incluiu as filhas, não sei.

Quando os pais adotam conduta de escutar, prestar atenção e orientar às suas filhas, as protagonistas destacam que a família tem o sentido de apoio e união, porque juntos eles se organizam para pensar e resolver problemas.

Eu posso chegar pro meu pai [...] e falar que eu sei que em vez dele me condenar e colocar de castigo, ele vai querer me ajudar, vai querer saber qual o problema, porque que eu tirei essa nota, pra solucionar o problema [...]. Quando eu arrumei um namorado, assim, né? Eu fiquei meio assim, com meu pai, porque sei lá, pai eu acho que é sempre mais complicado, e eu cheguei pra ela [referiu-se à mãe] e contei e ela disse: 'não, vamos conversar, vamos resolver', aí ela conversou com meu pai e, tudo certo.

Todos os conteúdos que indicam que os pais precisam ser verdadeiros, pois são eles que apóiam a formação do caráter dos filhos; que os pais apresentam, discutem e reproduzem os valores éticos e morais construíram o sentido de família é educação. Para as três protagonistas é na família que se aprende o significado do respeito e a construir relações pautadas na urbanidade, na cordialidade. É na relação familiar que as diversas aprendizagens acontecem

com a finalidade de prepará-las para uma convivência para além da família. A aceção de educar da família inclui, a aprendizagem das regras e da colocação de limites, na relação com outras pessoas, para serem pessoas cientes dos seus direitos e dos direitos dos demais, de maneira reflexiva e ativa.

Família serve, acho que para educar [...] para construir um ser humano, porque quando um ser humano nasce ele não é educado, ele é um animal ainda. [...] Eu acho que a família está para educar; ensinar os conceitos. Dizer o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado. Para construir o caráter da criança, ajudar a construir o caráter da criança!

[..] eu sou hoje [...] é parte do que meu pai e minha mãe me ensinaram e minha família em geral. E, é, enfim, do que eu aprendi também, [...] 'prá' mim, família é isso! É 'prá' ensinar o que é certo e o que errado, ensinar o que é bom e o que é ruim e 'prá tá' sempre!

[...] Ele diz: 'olhe, tem coisas que você não deve fazer porque é assim', aí já me alerta, me dá abraços. Essa forma afetiva, fala bom dia pra mim, porque eu acordo lá em casa [refere-se à casa da mãe] e ninguém dá bom dia um pro outro. Quando eu chego, meu pai diz: 'bom dia' e eu acho isso importante e isso é até educado.

Para elas, um pai ou uma mãe que se relaciona com gritos, a esbravejar, não os educa e são vistos como autoritários e violentos. Não sabem usar de uma das características que esperam dos pais: a autoridade.

Minha mãe não conversa, minha mãe não me educa. É a forma mais rancorosa de educar uma pessoa é a que minha mãe tem [...] ela grita com você e isso eu acho uma forma muito rude de educar, ninguém educa assim.

A autoridade foi reconhecida pelas protagonistas como uma habilidade que se aprende, podendo conjugar-se com o amor, o cuidado, o apoio e o saber escutar. Para elas, o exercício da autoridade deveria ser alternado entre os que desempenham as funções parentais. A autoridade quando bem utilizada não se assemelha à submissão, mas a respeito de ambas as partes - pais e filhos - pelos lugares que cada um ocupa na relação.

O que eu acho importante é sempre dialogar e aprender a escutar, por que não adiante você falar sem querer ouvir. Por isso muitas vezes os filhos têm que se calar [...] e tal. Isso em toda família, às vezes você tá certo e deixa prá lá, por que são seus pais que estão falando.

O protagonista do sexo masculino evidenciou ter duas famílias, como as protagonistas. Porém, elas se referenciavam nas existências do domicílio do pai e no domicílio da mãe biológicos, separados. Ele aludiu à família biológica e à família afetiva, elucidando que o sentido de família é afetos e aparece na relação com a família socioafetiva, porque é com ela que convive. Trouxe também o sentido de que família é convivência. "... quando eu nasci era com minha mãe, minha irmã e depois foi meu pai, meus dois pais."

Estes recorte é dado, de maneira explicativa, em diversos momentos. Quando discorreu sobre as suas aprendizagens escolares, quando falou da sua história de vida, quando brincou com os bonecos que lhes foram

disponibilizados, dentre o leque de instrumentos metodológicos que o apresentamos.

Eu bebê, tava com minha mãe, depois, ela viajou e não podia cuidar de mim, ai, esse que é agora meu pai é, ele me viu, gostou de mim, aí minha mãe, [...] falou pra mim que, que não podia cuidar de mim, aí ela [...] se ele podia cuidar de mim. (...) disse pra cuidar por um tempo, mas eu fiquei até hoje com ele, ele virou meu pai.

[...] a gente tá vendo tipos de família [...] família que moram só filho-pai, só com mãe e pai, avó e filho. [...].

Destacou que famílias são diferentes e que existem quando pessoas moram juntas e convivem, com a função de ajudar, promover dar amor e carinho. Temos assim, os sentidos de família é afetos, é convivência, é cuidado e proteção. Quando relatou que as famílias são diferentes e que a sua história de vida demonstra isso, pela redefinição de funções afetivo-psicológicas, jurídico-sociais e vivencial, apresenta o sentido de que família é construção social. Sobre a sua família relatou que ela é composta por ele, seus dois pais e seus três animais. Dois periquitos e um cachorro.

[...] eu moro com meu pai, eu moro com meus pais, e com meus animais.[...] Dois periquitos e um cachorro." O que eu acho pra que serve a família? Pra cuidar das pessoas, dos seus filhos.

Ao falar sobre sua família e descrevê-la, disse que precisaria de duas mães, "... a minha é de um pai, meus dois pais e meus animais [...] também não tá com a mãe e, [...] só faltava as duas mães e tava completa [...] Dos pais, duas mães."

Porém, não articulou a presença dessas duas mães a nenhuma necessidade relacionada a carência de amor ou de cuidados. Compreendemos que tal afirmação representou a influência social significativa de ainda se pensar família a partir do modelo nuclear e heteronormativo e por consequência, a pouca absorção de algumas das mudanças e transformações sociais nas famílias, por instituições como a escola, a igreja, etc.

O discurso de 'família completa', de uma mãe para cada pai, foi apresentado e o entendemos, como sendo fruto do processo de aprendizagem escolar e social, ao qual o menino ainda encontra-se fortemente exposto, sobretudo porque a configuração nuclear de família ainda é referenciado como modelo. Demonstra também o quanto já está inserido no processo de socialização específica sobre o que é família, apesar de sua vivência ser diferente.

O sentido de família é apoio e união surgiu quando referiu-se que ele, seus pais e seus animais estão sempre juntos e que conta com os pais para brincar, resolver problemas, conversar e estudar. Disse que gosta dos pais porque estes conversam e brincam com ele, porque o cuidam e porque, quando está frio, seus pais são quentinhos e o esquentam em seus abraços. "Que ele, todas tarefas que ele faz comigo e faz, tá tudo certo [...] E ele nunca erra."

Meus dois pais são legais e quentinho e esperto [...] Porque quando fica frio, quando é no inverno ele fica quente, quando tá no calor ele fica frio [...] quando ta no inverno eu toco nele, ai ele fica geladão.

Nenhum dos protagonistas indicou que quaisquer conflitos ou problemas eram decorrentes do pai revelar-se como não heterossexual. O exercício da sexualidade dos pais não foi referenciado como algo que interfira na qualidade do exercício da parentalidade.

[...] se é uma escolha dele, se é uma opção dele, quem é que vai se meter? [...]. As vezes você mal sabe das suas escolhas, assim até das mais simples sabe, o que vai ser quando crescer, [...] então por que eu vou querer restringir, vou querer condenar uma escolha que é dele? E se vai fazer bem pra ele, vai deixar ele feliz, por que eu vou condenar o bem dele? Tá entendendo? Muito pelo contrário [...] se for uma opção realmente dele, eu tô a favor.

Considerações

As crianças expressaram como as mudanças sociais interferem no contexto familiar, caracterizando-o. Seus discursos explicitam e reafirmam o que é identificado na maioria dos estudos sobre famílias brasileiras: o surgimento de conflitos em decorrência das transformações sociais e as implicações destas modificações no cotidiano infantil. Particularmente, vimos que os contextos familiares constituíam-se atravessados pelas dificuldades afloradas no processo de separação do casal conjugal – conflitos – que atingiram as relações parentais.

Em seus pontos de vista, o maior e mais forte sentido da família é dado pelos afetos, seguidos pelos sentidos que se expressam em ações que visam proteger, cuidar, conviver, unir, e educar, através da escuta e pelo diálogo relacional que os apoiariam em seus processos de aprendizagens, principalmente de valores morais e éticos virtuosos. Não importou para os protagonistas, se quem desenvolvia a parentalidade é, ou não, heterossexual. Esta temática não surgiu como algo a ser problematizado quando se falou de família e sobre o exercício da parentalidade.

Houve o entendimento sobre as mudanças sociais e o quanto estas permitem a precariedade das relações de trabalho, mas as crianças julgam que as mudanças acontecidas quanto a este aspecto não podem interferir na qualidade do desenvolvimento das funções parentais e cobram atenção a isto. Reconhecem que as transformações sociais também flexibilizaram as possibilidades das relações amorosas e consideram este fato como algo positivo, apesar de ser complexo de experienciar.

Sobre a função do cuidar, apontaram que é uma responsabilidade a ser compartilhada pelo casal parental e não de apenas um deles. Apresentaram a figura parental masculina com possibilidades e competências para ser reconhecida como cuidador. Sinalizaram que os pais deveriam desenvolver e explorar mais esta habilidade, pois quando o fizeram, obtiveram bom desempenho, com destaque para a sensibilidade de escuta e respeito a singularidade dos filhos.

Os protagonistas divulgaram que, à medida que são afetados, também afetam porque se colocam como pessoas de direitos, que pensam e sentem, ativos na construção e reconstrução do social. Assim, produzem contínua, reflexiva e ativamente, culturas, com seus pares e com os adultos que os circundam em seu cotidiano, com disponibilidades para experiências intergeracionais.

Para nós, eles falam é da necessidade de se construir uma estética existencial pautada na alteridade e na tolerância porque a relação com o outro é o

que dá sentido à vida. Por isso, a família também tem o sentido de educar. Eles esperam que a família cumpra esta função, precisando, para tanto que seja o alicerce para apoiá-los nas aprendizagens do viver. Vemos que eles também apontam diretrizes, princípios e forma de educar uma criança, para que ela, desde cedo se constitua como uma pessoa virtuosa.

O contexto familiar dos protagonistas que participam desta pesquisa se constrói de duas maneiras. Por relações conjugais heterossexuais que se estenderam por mais de 10 anos, havendo a constituição de uma prole. Inicialmente se perfez dentro do modelo de família nuclear, constituindo-se de uma figura paterna, uma figura materna e filhos, seguida da separação do casal conjugal. Por relação conjugal entre dois homens, também de longa duração, com a inserção de um filho no grupo familiar, pela via adoção nacional. A compreensão da família como plural e socialmente construída dar-se, inicialmente, pela experiência vivencial. O modelo que orienta as práticas é o nuclear.

Os estudos sobre infâncias apresentam e convidam ao desafio teórico-metodológico de ter as crianças atores sociais produtores plenos de culturas. Este estudo corrobora este pressuposto e confirma a necessidade de se saber sobre as mudanças sociais a partir dos discursos infantis, para que possamos não só entender como elas interpretam tais mudanças sociais, mas, principalmente, como elas são afetadas, constroem e reconstróem suas histórias e o mundo onde estão inseridas.

Com este estudo esperamos colaborar, também, para que se amplie no Brasil, as investigações onde crianças falem sobre suas diversidades familiares e como elas os impactam. Que seus resultados sensibilizem os pais para que seus filhos possam exercitar, através da participação em pesquisas deste porte, seu estatuto de pessoa com direitos e capazes de intervir para a construção política e social de um mundo que os respeite e os inclua, de fato. Isso significa dizer, que possamos obter, mediante os discursos de nossas infâncias, parâmetros para repensar políticas públicas e sociais específicas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana de. *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa, ICS, 2009.
- ALMEIDA, Ana N. de. *Para uma sociologia da infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, 2009.
- ALVIM, maria R .B. – VALLADARES, L. P. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *Boletim bibliográfico e informativo de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, 1988. (pp. 3-43).
- ANDERSSON, Norma – Christine, AMLIE– Erling, YTTEROY, A. Outcomes for children with lesbian or gay parents. A review of studies from 1978 to 2000. *Scandinavian Journal of Psychology*, n. 4, v. 43, 2002. (pp. 335-351).
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BIBLARZ, Timothy – Judith, STACEY. How does the gender of parents matter? *Journal of Marriage and Family*, Nova York, n. 1. v. 72, 2010. (pp. 3–22).
- BOBBIO, Norbert. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

- BORGES, Lenise. S. "Lesbianidade na TV: visibilidade e "apagamento" em telenovelas brasileiras". In: GROSSI, Miriam P.; UZIEL, Ana P.; MELLO, Luiz. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro, Gramond, 2007. (pp. 363-384).
- BORGES, Lenise. S. *Repertórios sobre lesbianidade na novela Senhora do Destino: possibilidades de legitimação e de transgressão*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BRODZINSKY, David – Adam, PERTMAN. *Adoption by lesbians and gay men: a new dimension in family diversity*. New York, Oxford University Press, 2011.
- BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO E GUERRA (Org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 4ª edição, Rio de Janeiro, Cortez, 2005. (pp. 49-79).
- BUSS-SIMÃO, Márcia. Antropologia da Criança: uma revisão da literatura em um campo em construção. In: *Revista Teias*, n. 20, v. 10, 2009.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CADORET, Anne. "Homossexualité et filiation", *La Mazarine*. Le troisième sexe. Paris, Éditions du treize mars, printemps, mars, 1999. (pp. 15-21).
- CADORET, Anne. "Le bricolage de la parenté". *Compendre*, Paris, n. 2 – Le lien familial, 2001b. (pp. 265-282).
- CADORET, Anne. *Dês parentes comme lês outres. Homossexualité et parente*. Paris, Odile Jacob, 2002.
- CADORET, Anne. *Padre como los demás: homossexualidad y parentesco*. Barcelona, Editorial Gedisa, 2003.
- CASTRO, Lúcia R. DE – Ethel, KOSMINSKY. "Childhood and its Regimes os Visibility in Brazil. An Analysis of the Contribution of the Social Ciencias". *Current Sociology*. International Sociological Association, 58 (2), mar., 2010. (206-231).
- CHAVES, Ulisses H. Família e Parentalidade. In: *Família e...* (Org.). OLIVEIRA, Ceneide. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. (pp. 47-62).
- CHRISTENSEN, Pia - James, ALISSON. *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Edições Escola Superior de Educação de Paula Franssinetti. Porto, 2005.
- COHN, Clarice. "Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil". *Cadernos de Campo*. N. 9, v.9, Ano 10, 2000. (pp.13-26).
- COHN, Clarice. *Antropologia da criança*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- COLLING, Leandro – Caio, BARBOSA. *A representação da homossexualidade na telenovela Duas Caras*. Texto apresentado no IV Congresso da Abeh (Associação Brasileira de Estudo da Homocultura), realizado em São Paulo, de 9 a 12 setembro de 2008. 2009^a.
- COLLING, Leandro. "A heteronormatividade nas representações de personagens não heterossexuais nas novelas da Rede Globo (1998 a 2008)". In *II Ebecult*. (Encontros Baianos de Estudos da cultura) 2009, Feira de Santana. Anais do II Ebecult, 2009b.
- CORSARO, William. *Sociologia da infância*. 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CUNHA PEREIRA, Rodrigo. *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2012.
- DAUBIGNY, Corinne. "Quelles sont les origines déterminantes de la vie familiale?", In: NEYRAND, Gérard. *La famille malgré tout*. Panoramiques. Condé-sur-Noireau: Arléa - corlet, 1996. (pp. 82.26).

- DELGADO, Ana C. C. – Fernanda, MULLER. “Apresentação. Sociologia da infância; pesquisa com crianças”. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas n. 91, v. 26, Maio/Ago. 2005. (pp. 351-360).
- DEMAUSE, Lloyd. (org). *La historia de la infancia*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- DINIZ, André G. R. – Cláudia A. M., BORGES. Possíveis interlocuções entre parentesco e identidade sexual: paternidade vivenciada por homens homo/bissexuais. In: GROSSI, MIRIAM P. – Ana P. UZIEL – Luiz MELLO. *Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007. (pp. 253-276).
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas no ano de 1990*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.
- FARIA Ana L G.- Daniela FINCO. *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2011.
- FARR, Rachel – Stephen FORSELL – Charlotte PATTERSON. “Parenting and child development in adoptive families: Does parental sexual orientation matter?”. *Applied Developmental Science*, n.14, v.3, 2010. (pp. 164–178).
- FONSECA, Cláudia. “Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco”. *Revista Estudos Feministas*, n.3, v.16, 2008. (pp. 769-783).
- FORTES, Meyer. *O edipus and Job in West African Religion*. Nova York, Cambridge, University Press, 1959.
- FRIEDMANN, Adriana. “História do percurso da sociologia e da antropologia na área da infância”. *veras: Revista Acadêmica de Educação do ISE, Vera Cruz*, n.2, v.1, 2011, (pp. 214-235).
- GAMSON, Joshua. “As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa”. In: DENSIN, Norman – Yonna, LICOLIN. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre, Artmed, 2006. (pp.345-362).
- GARCIA, Sylvia G. “Folclore e sociologia em Florestan Fernandes”. *Tempo Social. Revista de Sociologia*, Universidade de São Paulo, S. Paulo, n.2 v.13, 2001. (pp. 143-167).
- GEERTZ Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GOLDBERG, Abbie – Deborah, KASHY – Julianna, SMITH Z. Gender-typed play behavior in early childhood: adopted children with lesbian, gay, and heterosexual parents. *Sex roles*, n. 1, v.67, 2010, (pp. 503-515). Site Web: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11199-012-0198-3>
- GOLDBERG, Abbie – Julianna Z. SMITH – Deborah KASHY. “Pre-adoptive factors predicting lesbian, gay, and heterosexual couples’ relationship quality across the transition to adoptive parenthood”. *Journal of Family Psychology*, n.3, v. 24, 2010. (pp. 221–232).
- GOLDBERG, Abbie – Julianna Z., SMITH. “Stigma, social context, and mental health: Lesbian and gay couples across the transition to adoptive parenthood”. *Journal of Counseling Psychology*, n.1, v.58, 2011. (pp. 139–150).
- GOLOMBOK, Susan – L. MELLISH – S. JENNINGS – Polly CASEY – Fiona TASKER – Michel E. LAMB. “Adoptive gay father familie: parent-child relationships and children’s psychological adjustment”. *Child development*, mar/april. N. 2, v. 85, 2014. (pp. 456-468).
- GONZÁLEZ, Maria-M. “Homosexualidad y adopción. Entre la ciencia y el prejuicio”. *Infocop*, 24, 2005. (pp. 16-19).

- GONZÁLEZ, Maria-M. – Ester MORCILLO – María A. SÁNCHEZ. – Fernando CHACÓN – Ana GOMEZ. “Ajuste psicológico e integración social en hijos e hijas de familias homoparentales”. *Infancia y Aprendizaje*, n. 27 v. 3, 2004. (pp. 327-344).
- GONZÁLEZ, Maria-M – Francisca LÓPEZ. “Relaciones familiares y vida cotidiana en familias homoparentales”. *Cultura y Educación*, n. 4, v. 21, 2009. (pp. 417-428).
- GRAUDE, M. Elizabeth – Daniel J. WALSH. *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- GROSSI, MIRIAM P. “Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil”. *Cadernos Pagu*, Campinas: UNICAMP, n. 21, 2003. (pp.261-280).
- GROSSI, Miriam P. – Ana UZIEL – Luiz MELLO. *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro, Gramond, 2007.
- HEILBORN, Maria L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, Gramond, 2004.
- HÉRITIER, Françoise. “A coxa de Júpiter”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, CFH/UFSC, n. 1, v. 8, 2000. (pp. 98-114).
- HINES, Melissa. “Gendered behavior across the lifespan”. In LAMB, Michael – Alexandra FREUND (eds.), *Handbook os life-span development: v. 2. Social and emotional development*, 2010. (pp. 341-378).
- JAMES, Allison – Chris JENKS – Alan PROUT. *Theorizing childhood*. New York, Teachers College Press, 1998.
- KALOUSTIAN, SILVIO M. (Org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. 5ª. Edição. São Paulo, Cortez. Brasília-UNICEF, 2002.
- KENTLYN, Sue. “Psychology’s new (old) str8jacket”. *Gay & lesbian issues and psychological review*, The Australian Psychological Society Ltd, Editors, Liz Short & Damien W. Riggs, n. 1, vol 3, 2007. (pp. 65-103).
- LAMB, Michael E. “Mothers fathers, families, and circumstances: factors affecting children’s adjustment”. *Applied Developmental Science*, n. 2, v.16, 2012. (pp. 98-111).
- LAPLANCHE, Jean – Jean Bertrand PONTALIS. “Afeto”. In *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- MACHADO, Lia. M. “Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil”. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, n. 8, v. 5, 2001. (pp.11-26).
- MAUSS, Marcel. “Três observações sobre a sociologia da infância”. *Pro-Posições*, n.3, v. 21, 2010. (237-244).
- MEDEIROS, Camila. P. *Sobre deveres e prazeres: estudo acerca de mulheres que se assumiram lésbicas depois de terem sido mães*. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- MEDRADO, Benedito – Jorge LYRA. “O gênero dos/nos homens: linhas de uma proto-genealogia”. *Ciência e saúde coletiva*, n. 10, v. 17, 2012.
- MELLO, Luiz. *Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Gramond, 2005.
- MENEZES, Kátia, L. M. *Conversando com crianças: posicionamentos e sentidos em construção sobre família em contextos de conflito na justiça*. Recife, 2009. 145 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação

- em Psicologia Social - PPGPS, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- MESQUITA, Aline M.; PAVIA Carmen F. A Família Homoparental na Ficção Televisiva: as Práticas Narrativas do Brasil e da Espanha como Relatos das Novas Representações Afetivo-Amorosas. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 58, 2015, (pp. 223-255). Sitio Web: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n1/0011-5258-dados-58-1-0223.pdf>
- MESQUITA, Aline M. *A família homoparental na ficção televisiva: as práticas narrativas do Brasil e da Espanha como relato das novas representações afetivo-amorosas*. Barcelona: UAB, n. 1, v. 58, 2012, (pp. 223-255).
- MORIN, Edgar. *Amor, poesia, sabedoria*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- MORIS, Vera. L. *Preciso te contar? Preciso te contar? Paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil), 2008.
- MULLER, Fernanda; CARVALHO, Ana M. A. (orgs). *Encontros e diálogos: notas introdutórias*. In: MULLER Fernanda.; CARVALHO, A. M. *A Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro*. São Paulo: Editora Cortez, 2009, (pp. 21-28).
- NADAUD, Stéphane. *Homoparentalité: une nouvelle chance pour la famille?* Paris: Fayard, 2002.
- NASCIMENTO, M^a L. B. P. DE. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, A. L. G. DE; FICO, DANIELA. (orgs.). *Sociologia da Infância no Brasil*. Campinas Autores Associados, 2011, (pp. 37-52).
- OSWALD, Ramona F. – Lubby B. BLUME – Stephen R. MARKS, STEPHEN. “Decentering Heteronormativity: A model for family studies”. In BENGTON, Vern. L. et. al. (eds.). *Sourcebook of family theory & research*. Thousand Oaks, Sage Pub., 2005. (pp.143-165).
- PATTERSON, Charlotte J. “Children of lesbian and gay parents”. *Current Directions in Psychological Science*, n. 5, v.15, 2006. (pp. 241-244).
- PATTERSON, Chalotte, J. “Children of lesbian and gay parents: Psychology, law, and policy”. *American Psychologist*, n. 8, v. 64, 2009. (pp. 727 – 736).
- PINTO, Manuel. “A infância como construção social”. In PINTO, Manuel. – Manuel J. SARMENTO (coord.). *As crianças: contextos e identidades*. Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, 1997. (pp. 31-73).
- PINTO, Céli, R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POLLOCK, Linda A. *Forgotten children: parent-child relations from 1500 to 1900*. Nova York, Cambridge University Press, 1983.
- PROUT, Alan – Allison JAMES. “A new paradigm of the sociology of childhood? Provenance, promise and problems”. In JAMES, Allison – Alan PROUT (eds.). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*, Londres, The falmer Press, 1990. (pp. 7-34).
- QUINTERO, Jucirema. *Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos*. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- QUINTERO, Jucirema. “Infância e educação no Brasil: um campo de estudo em construção”. In FARIA, A. L. G. – Z. B. F. DE MARTINI – P. PRADO (Org.). *Por*

- uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças.* Campinas, Autores Associados, 2002a.
- QUINTERO, Jucirema. "Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate". *Perspectiva*, Florianópolis, n. esp., jul./dez., v. 20, 2002b. (pp. 137- 162).
- RIZINNI, Irene. *Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção.* Rio de Janeiro, Santa Úrsula, 1993.
- RIZINNI, Irene. "Pequenos trabalhadores do Brasil". In DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil.* São Paulo, Contexto, 1999. (pp.376-406).
- ROSEMBERG, Fúlvia – Carmen L. S. MARIANO. "Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança: debates e tensões". *Cadernos de Pesquisa*, n. 141, v.40, set./dez. 2010. (pp. 693-728).
- ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2003.
- SARAMAGO, Sílvia. "Metodologias de Pesquisa Empírica com crianças". *Revista Sociologia, problemas e práticas*, CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Celta Editora, n. 35, 2001. (pp. 9-29).
- SAMENTO, Manuel J. "As Crianças e a Infância: definindo conceitos, delimitando o campo". In PINTO, M. – M. J. SAMENTO. *Crianças: contextos e identidades.* Minho, Universidade do Minho, 1997. (pp. 9-28).
- SAMENTO, Manuel J. "Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsias". *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Vol. 13 (2), Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho. Braga. Portugal, 2000. (pp. 145-164).
- SAMENTO, Manuel J. "Imaginário e culturas infantis". *Caderno Educação*, Fae/UFPel, Pelotas n.21, v. 12, jul./dez. 2003 (pp.51-69).
- SAMENTO, Manuel J. "Essa Criança que se desdobra...". *Pátio-Educação Infantil.* (Publicação quadrimestral- Artmed Editores, Porto Alegre, Brasil). Ano II. N. 6, 2004. (pp. 14-17).
- SAMENTO, Manuel J. – Ana B. CERISARA (Orgs.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação.* Porto, Edições ASA, 2004.
- SAMENTO, Manuel J. "Gerações e alteridade: interrogação a partir da sociologia da infância". *Educação e Sociedade*, Campinas, n. 91, v. 26, maio/ago. 2005. (pp. 361-378).
- SAMENTO, Manuel J. "Visibilidade social e estudos da infância". In VASCONCELLOS, V. M. R. DE – Manuel J. SAMENTO (orgs.). *Infância (in)visível.* Araraguara, São Paulo, Junqueira & Marin Editores, 2007 (pp. 25-49).
- SARTI, Cynthia. A. "Contribuições da Antropologia para o estudo da família". *Psicologia USP.* São Paulo, n.1/2, v.3, 1992. (pp. 69/76).
- SARTI, Cynthia. "A Família e Individualidade: um problema moderno". In CARVALHO, M^a do Carmo Brant de (Org.). *A Família Contemporânea em Debate.* São Paulo. EDUC, 1995. (pp. 39-49).
- SARTI, Cynthia. "Família como ordem simbólica". *Psicologia USP*, n. 3. v. 15, 2004. (pp. 11-28).
- SILVIA, Aracy L. DA – Angela NUNES – Ana V. L. da S. MACEDO (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*, São Paulo, Global, 2001.
- SIMMEL, George. *The sociology of Georg Simmel.* New York, The Free Press, 1950.
- SINGLY, FRANÇOIS. *Sociologia da família contemporânea.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

- SIROTA, Régine. "Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar". *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, mar. 2001. (pp. 7-31). <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf>
- SNYDERS, Georges. *Não é fácil amar nossos filhos*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- SOARES Nátalia F. *Outras infâncias. A situação social das crianças atendidas numa comissão de proteção de menores*. Centro de Estudos da Criança, Portugal, Universidade do Minho Braga, 2001.
- SOARES Nátalia F. *Infância e Direitos: Participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*. Tese de Doutorado (Sociologia da Infância). Instituto de Estudos das Crianças, Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2005.
- SOUZA, Erica R. DE. "Sentidos e práticas da maternidade lésbica: um caso ímpar na mídia brasileira". *Journal of applied anthropology*, 2007. (pp. 56-64). <http://www.omertaa.org/archive/omertaa0009.pdf>
- SPENGLER, Fábiana M. "O fim das relações amorosas: Como mediar o litígio para ter uma convivência pacífica após a separação?" In IBIAS, Delma S. (Org.), *Família e seus desafios: Reflexões pessoais e patrimoniais*. Porto Alegre, IBDFAM/RS, 2012. (pp. 243-250).
- SZYMANSKI, Heloísa. "Teorias e 'teorias' de famílias". In CARVALHO, M^a do C. B. de (org.). *A família contemporânea*. São Paulo, EDUC, 1995. (pp. 23-27).
- TARNOVSKI, Flávio L. "*Pais assumidos*": adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo. Dissertação, (Mestrado em Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. 114f.
- TASKER, Fiona L. – Susan GOLOMBOK. *Growing up in a lesbian family: effects on Child development*. Guilford Press, New York, n.3, v. 9, 1997. (pp. 167-169).
- TASKER, FIONA. "Lesbian mothers, gay fathers, and their children: A review". *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, n. 3, v.26, 2005. (pp. 224-240).
- TASKER, Fiona L. – PATTERSONM Charlotte J. "Research on gay and lesbian parenting: Retrospect and prospect". In TASKER F. – J. J. BIGNER (Eds.), *Gay and lesbian parenting: New directions*. Binghamton, The Haworth Press. 2007. (pp. 9-34).
- THERY, Irène. *Couple, Filiation et parenté aujourd'hui. Le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée*. Paris, Editions Odile Jacobs, 1998.
- TOMÁS, Catarina A. *Há muitos mundos no mundo...direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais das crianças - diálogos de crianças de Portugal e Brasil*. Tese de Doutorado (Sociologia da Infância). Braga, Portugal, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2006.
- UZIEL, Ana P. *Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- UZIEL, Ana P. – Luiz MELLO – Miriam P. GROSSI. "Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil". *Estudos Feministas*. N. 2, v. 14, Florianópolis, maio-agosto/2006. (pp. 481-487).
- UZIEL, Ana P. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2007.

- VERDIER, Pierre. "Adoption et procréation médicalement assistée: quelles différences?". In NEYRAND, Gérard. *La Famille malgré tout. Panoramiques*. Condé-sur-Noireau, Arléa, Corlet, 1996. (pp. 87/89).
- WOODHEAD, Martin – Dorothy FAULKNER. "Sujeitos, objectos ou participantes? Dilemas da investigação psicológica com crianças". In CHRISTENSEN P. – A. JAMES. *Investigação com Crianças: perspectivas e práticas*. Porto, Edições Escola Superior de Educação de Paula Franssinetti, 2005. (pp. 1-28).
- ZAMBRANO, Elizabeth (org). *O direito a homoparentalidade: Cartilha sobre famílias constituídas por pais homossexuais*, Porto Alegre, IAJ, 2006a.
- ZAMBRANO, Elizabeth. "Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais". *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, jul./dez. 2006b. (pp. 123-147).
- ZAMBRANO, Elizabeth. *Nós também somos famílias: estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Porto Alegre, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

Danielle Sátiro

Psicóloga pela UFPE. Especialista em psicologia jurídica/UFPE-Recife/BR. Mestre e doutora em antropologia pela Universidad de Salamanca-ES. Pesquisadora associada do GEMA/UFPE
<https://www.facebook.com/gemaufpe>.
Funcionária pública do TJPE. Professora universitária.
Contato: danielle.satiro@gmail.com

Angel Espina

Prof. Titular de Antropologia Social da Universidad de Salamanca/ES. Investigador do Instituto U. de Iberoamérica. Dir. Programa de Doutorado Interuniversitário em Antropologia de Iberoamérica e do Master oficial adaptado al EEES. Coord. Master Universitário em Estudos Brasileiros. Presid. da Sociedade Espanhola de Antropologia Aplicada.
Contato: espina@usal.es

Recebido: 30/11/2015

Aceito: 10/06/2016